



RELATO

Encontro Distrital de Dirigentes do Terceiro Setor

“Inovação Social: o caminho para a sustentabilidade?”

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

RELATO ENCONTRO DISTRITAL DE DIRIGENTES DO TERCEIRO SETOR: “INOVAÇÃO SOCIAL: O CAMINHO
PARA A SUSTENTABILIDADE?”

AUTOR

EAPN PORTUGAL / NÚCLEO DISTRITAL DE VILA REAL

DATA

DEZEMBRO 2012

1. ENQUADRAMENTO E PERTINÊNCIA

O triângulo da Proteção Social, descrito na literatura por Victor Alexis Pestoff (1998), ilustra as dinâmicas relacionais entre: Estado, Mercado e Comunidade. É nesta articulação que o Terceiro Setor emerge como uma potencial força de luta no espaço público não estatal, cronologicamente apontado para o período de luta pós 1974. O interesse pelo Terceiro Setor surge da preocupação de responder aos novos problemas com que se defrontam as sociedades: desemprego, pobreza e exclusão social. Ao longo destes anos, o Terceiro Setor vai reforçando a sua dimensão social, tendo a expectativa de que se constituirá como o vetor fundamental para a inclusão social dado que esta não tem sido possível obter por outras formas. O Terceiro Setor, do ponto de vista relacional (formais e/ou informais, ativas e/ou passivas, participadas ou não) interfere de forma estrutural no espaço da ação do Estado, do Mercado e da própria Comunidade.

Neste sentido, as Associações de Desenvolvimento Local e as Instituições Particulares de Solidariedade Social foram-se constituindo em contextos e cenários caracterizados por uma aproximação inevitável ao Estado, tendo na sua génese, muitas delas sido constituídas por fundos comunitários e públicos. Outra característica que influencia estas dinâmicas é a formação das próprias instituições, de cima para baixo (top – down), em detrimento da essência destas organizações – a partir das bases.

Lançando o mote para o debate, há nitidamente fatores conjunturais de ordem macro económica que não podemos ignorar, designadamente a grave crise económico financeira mundial e a crise do modelo neo – liberal, arrastando muitos países para o agravamento dos problemas sociais e o surgimento de novas formas de pobreza. Estes fatores conjunturais vêm, não só reforçar as dificuldades financeiras que as instituições enfrentam, como também acentuar algumas dificuldades, consequência direta do défice de práticas de sustentabilidade e empreendedorismo, de inovação social, de cooperação e parceria. Neste sentido torna-se ainda mais premente a aposta em soluções transversais e multidisciplinares e em abordagens inovadoras das questões sociais. A inovação social acontece quando se encontram novas soluções para as necessidades sociais. Para resolver os problemas da exclusão social, da falta de

Relato Encontro Distrital de Dirigentes: “Inovação Social: o caminho para a sustentabilidade?”

qualidade de vida e da falta de participação cívica e democrática, é necessário encontrar novas soluções e reinventar as atuais para que tenham mais qualidade, mais impacto e mais eficiência. A grande questão que lançamos perante este cenário é: **Será a inovação social o caminho para a sustentabilidade do Terceiro Setor?**

No dia 20 de outubro, convidamos os dirigentes distritais do Terceiro Setor com o objetivo de, todos juntos, refletir estas questões com os olhos postos no futuro. Neste sentido, neste dia vai decorrer o Encontro Distrital de Dirigentes do Terceiro Setor intitulado: “Inovação Social: o caminho para a sustentabilidade?”.

Com este encontro pretendemos:

- Debater a sustentabilidade do Terceiro Setor ao nível do distrito e do país aumentando a coesão entre as organizações a partir do tecido dirigente;
- Debater a inovação social como resposta à sustentabilidade do Terceiro Sector.

A organização desta atividade estará a cargo da EAPN Portugal / Núcleo Distrital de Vila Real, Associação 2000 de Apoio ao Desenvolvimento – A2000, Centro Social e Paroquial de Limões, Santa Casa da Misericórdia de Cerva. Como produto final deste encontro irão ser produzidas conclusões/ atas que serão o reflexo dos compromissos e contributos dos participantes.

2. METODOLOGIA

A metodologia encontrada para este Encontro é inovadora tendo sobretudo as ferramentas necessárias para um cenário que tendencialmente será mais participativo.

Os comentadores terão acesso previamente a um documento que se chamará “guião de debate” cujo objetivo é explicar a metodologia e objetivos e lançar questões (previamente preparadas pela organização) muito diretas e objetivas.

Os comentadores vão refletir sobre estas questões e no dia do Encontro os moderadores irão lançar as questões sob a forma de debate para os convidados responderem. O objetivo é não haver uma

Relato Encontro Distrital de Dirigentes: “Inovação Social: o caminho para a sustentabilidade?”

“apresentação” sobre o tema, mas sim respostas muito concretas e curtas. Ou seja, privilegiar a conversa e o diálogo entre os oradores convidados e os participantes. Após cada comentador responder às questões os moderadores devem fazer uma pergunta geral para o público. Essa pergunta poderá surgir da discussão da mesa mas poderá ser uma questão idêntica à dos convidados. Os moderadores devem ter sensibilidade e conhecimento nestas questões e promover a participação do público.

3. PROGRAMA

9.30h Welcome Drink

10.00h | Sessão de abertura

Agostinho Jardim Moreira | Presidente da EAPN Portugal

Paulo Ferreira | Vogal do Instituto da Segurança Social

10.30h | Mesa Redonda: Inovação Social: o caminho para a Sustentabilidade do Terceiro Setor?

Sandra Araújo | Diretora Executiva da EAPN Portugal

Carlos Azevedo | Coordenador Geral das UDIPSS Porto

Joaquim Costa | Representante da União das Misericórdias

Artur Cristóvão | Representante da Animar

Moderação | Herminia Gonçalves e Ana Paula Pinto | Coordenadora e Vice – Coordenadora do Núcleo Distrital de Vila Real da EAPN Portugal

12.30h | Debate

13.00h | Almoço livre

4. RELATO

A sessão iniciou-se com um painel de abertura composto pela moderadora Ana Paula Pinto, vice coordenadora do Núcleo Distrital de Vila Real da EAPN Portugal, Dr. Paulo Ferreira, representante do Secretário de Estado da Segurança Social e pelo Pe. Agostinho Jardim Moreira, Presidente da EAPN Portugal, Rede Europeia Anti - Pobreza .

Após as apresentações a palavra foi passada ao Pe. Agostinho Jardim Moreira, que após umas breves introduções abordou o tema do caminho para a sustentabilidade, considerando-o um tema difícil por se tratar de *“uma realidade complicada”* isto porque, com a atual realidade europeia de crise económica, são cada vez mais as instituições que têm dificuldades em se manter.

Esta crise económica, como fala o Pe. Jardim, *“não foi nenhum vírus que surgiu por acaso”*. Do seu ponto de vista, foi a consequência da Europa ter adotado o sistema económico bancário praticado nos Estados Unidos. Este sistema é gerador de crimes, sendo exemplo disso, a venda de ações de empresas que na realidade não existem. Poderíamos questionar-nos sobre, se esta situação se trata de um crime, por que razão ninguém é penalizado? Pe. Jardim Moreira responde dizendo que *“na selva os leões são sempre aqueles que comem os mais fracos”*, e o mesmo se passa na nossa sociedade. Mas neste contexto, quando se fala em leões, leia-se as grandes empresas macroeconómicas, e os mais fracos são as pessoas em situação de pobreza.

Mas este sistema (capitalista neo liberal) encontra-se falido. O Estado, tal como sabemos, encontra-se em sérias dificuldades económicas, pediu dinheiro emprestado ao estrangeiro e agora é preciso entregá-lo com juros. Enquanto isso há, em Portugal, cerca de 3 milhões de pobres, e o Estado não consegue fazer face a esse número.

É necessário por isso criar uma *“nova solidariedade”*, afirma o Pe. Jardim Moreira, que deve assentar: na Confiança (tanto nas pessoas como nas instituições), nos Afetos (que vão para além da moral

Relato Encontro Distrital de Dirigentes: “Inovação Social: o caminho para a sustentabilidade?”

e da sexualidade) e na Liberdade radical (que possibilite ao ser humano viver em equidade, liberdade e felicidade).

A sustentabilidade de uma sociedade deve ser baseada na ética, porque esta tem por característica o reconhecimento de que cada pessoa possui a sua própria dignidade e não deixa de ser um ser humano como todos nós. Se se encontra em situação de pobreza é porque foi vítima de uma estrutura económica de qualquer organização nacional, e para que sejam reinseridos na sociedade é necessário que haja, da parte deles, uma participação ativa.

O Pe. Jardim afirma ainda que a democracia corre risco quando existe uma parte significativa da população do nosso país que não tem o direito para viver com o que precisa, ou seja, *“dá-se por esmola aquilo que toda a gente têm direito por justiça”*.

Nas suas palavras, torna-se urgente que a sociedade civil se mobilize como o órgão construtor de uma nova sociedade, que se liberte do apoio do Estado, e que prime a partilha de bens e saberes entre todos sem que ninguém seja posto de parte.

Até muito recentemente o Estado executava o papel de único financiador das organizações do Terceiro Setor, mas cada vez mais se espera uma maior responsabilização deste Setor que deverá captar recursos que lhe permitam mais independência face ao Estado sob pena deste se desresponsabilizar das suas funções sociais.

É importante qualificar as respostas sociais, particularmente aquelas que têm contacto mais direto com situações de pobreza e exclusão social, mas o mais importante é que a resposta a estes problemas sociais incida nas causas dos mesmos, partindo da participação de todos os atores sociais. Esta necessidade de qualificação leva a que que haja, por parte das instituições, uma capacidade acrescida de inovação e captação de apoios que permita um leque de opções no que diz respeito às opções de financiamento.

O Pe. Jardim Moreira afirma que o Terceiro Setor corresponde à *“sociedade civil organizada, sem fins lucrativos, ao serviço do bem comum”*, e que as políticas sociais do Estado pertencem ao Estado e não à sociedade civil. Esta desenvolve *“respostas sociais que fazem parte da esfera pública de responsabilidade*

Relato Encontro Distrital de Dirigentes: “Inovação Social: o caminho para a sustentabilidade?

do Estado”. Assim, é competência do Estado “*garantir estratégias, medidas e respostas sociais que promovam a luta contra a pobreza, a exclusão social e a desigualdade social, assim como garantir a existência de equipamentos sociais de apoio à família, à juventude, aos idosos, etc.*” Quando estas medidas e respostas sociais, previstas pelo Estado, são aplicadas através das organizações do Terceiro Setor, através de protocolos com o Instituto da Segurança Social, constitui uma garantia de que as mesmas procuram adaptar-se às características específicas de cada território.

É ainda da sua opinião de que o Terceiro Setor deverá encontrar novas formas de financiamento para além dos apoios do Estado, invocando a participação na implementação de projetos e respostas partilhadas a nível nacional e transacional, o apoio direto das famílias, a responsabilidade social das empresas, a criação de novas parcerias com empresas, fundações, entre outros.

Mas a sustentabilidade destas organizações deverá visar mais que o nível económico-financeiro. Nas palavras do Pe. Jardim, não há sustentabilidade sem que a missão da organização deixe de ser entendida como “*uma mera formalidade esquecida nos estatutos*”, sem que haja dificuldade em planear as intervenções a médio e longo prazo, sem que se reflita criticamente a intervenção efetuada e o seu impacto, sem que a intervenção no território conte com o estabelecimento de parcerias com outras organizações locais, sem que as medidas e respostas sociais tenham o contributo das pessoas que se encontram em situações de pobreza e exclusão social, e sem que se acredite verdadeiramente ser possível erradicar a pobreza e exclusão social e melhorar as condições de vida das populações mais vulneráveis e excluídas da nossa sociedade. A sustentabilidade está dependente da qualidade das respostas sociais prestadas: “*sem qualidade é vergonhosa a resposta que se dá aos utentes*”.

Salienta-se ainda, que a fragmentação do Terceiro Setor prejudica a construção de uma imagem sólida, credível e com capacidade de se afirmar como uma “plataforma de pressão social e de defesa dos seus interesses e necessidades”. A unidade e coesão deste Setor, bem como uma capacidade de reclamar os seus direitos e de defender uma mensagem única seria uma mais-valia para que o diálogo com o Estado pudesse ser mais eficiente no que diz respeito aos resultados.

Relato Encontro Distrital de Dirigentes: “Inovação Social: o caminho para a sustentabilidade?”

O Dr. Paulo Ferreira afirma que, perante uma situação de escassez de recursos, o mais natural é centralização. Mas mesmo nesta situação deverá existir uma delegação de competências ou de outro tipo de meios para que as organizações possam continuar a desempenhar os seus papéis.

É ainda da sua opinião que *“a rede solidária é absolutamente essencial para a manutenção do Estado Social”*. Assegura ser a favor da manutenção, e possivelmente reforço do Estado Social, sendo este crucial principalmente nos tempos de emergência que estamos a atravessar. No entanto a questão reside no modo como este funciona.

As possíveis soluções que podemos encontrar para a crise que estamos a atravessar passam pelo trabalho das organizações do Terceiro Setor que é essencial, sendo que todas, dentro das suas possibilidades, fazem um bom trabalho junto das pessoas e, sem a sua atuação, as situações com que nos confrontamos todos os dias seriam ainda mais graves. Estas organizações possuem um conhecimento privilegiado em relação as pessoas em situação de pobreza e exclusão e aos seus problemas por trabalharem diretamente com elas, e assim, estão em melhores circunstâncias para poderem encontrar as melhores soluções, *“quem está no terreno é que sabe”*. A questão é se depois estas soluções conseguem ganhar voz e chegar onde devem chegar para poderem ser postas em prática.

Surgem cada vez mais novos problemas sociais para os quais é necessário encontrar novas soluções, *“é preciso inovação social”*. Para o Dr. Paulo Ferreira, este é o caminho para a sustentabilidade. Na sua opinião, as questões devem ser colocadas de forma objetiva e concreta e as respostas devem seguir a mesma estrutura, incluindo a participação de todos. As pessoas não devem ter medo de dar a sua opinião. *“As novas respostas, as respostas transversais e interdisciplinares tem de ser encontradas por todos”*, não se pode esperar que seja o Estado a ter iniciativa, deve partir das pessoas e das instituições procurar encontrar as soluções, e depois, se necessário, contactar o Estado, apresentar a solução e pedir ajuda para a pôr em prática.

Relato Encontro Distrital de Dirigentes: “Inovação Social: o caminho para a sustentabilidade?”

Uma última dica que o Dr. Paulo Ferreira lançou foi de que, sendo boa ou má notícia porque obviamente não irá resolver o problema, mas para o programa de emergência social o orçamento da segurança social irá ser reforçado em mais de 200 milhões de euros¹.

A segunda parte do encontro teve seguimento a “*Mesa Redonda: Inovação Social: o caminho para a Sustentabilidade do Terceiro Setor?*”, composta pelas moderadoras Hermínia Gonçalves e Ana Paula Pinto, respetivamente, Coordenadora e Vice Coordenadora do Núcleo Distrital de Vila Real da EAPN Portugal, e pelos oradores Pe. Joaquim Costa, em representação da União das Misericórdias, Dra. Sandra Araújo, Diretora Executiva da EAPN Portugal, Dr. Carlos Azevedo Coordenador Geral da UDIPSS Porto e pelo Professor Artur Cristóvão, professor na UTAD e representante da ANIMAR.

A Dra. Ana Paula Pinto apresentou, em suma, as questões que se pretendem debater neste encontro que são:

- A sustentabilidade do Terceiro Setor: ao nível do distrito e do país, aumentando a coesão entre as organizações a partir do tecido dirigente.
- Debater a inovação social como resposta à sustentabilidade do Terceiro Setor.

A Dra. Hermínia Gonçalves, por sua vez, e em jeito de comentário ao discurso do Pe. Jardim Moreira, afirma que nesta construção de uma nova solidariedade, de uma sociedade mais justa em que não se deve dar “*o peixe mas ensinar a pescar*” em primeiro lugar é preciso certificar-nos que o rio leva peixe. Consideremos o rio a nossa sociedade, e uma vez que a nossa sociedade tem apresentado alguma falha de peixe é preciso desenvolver um conjunto de respostas sociais para as quais contribui o Terceiro Setor, por esta razão é urgente pensá-lo.

Em seguida a Dra. Hermínia Gonçalves apresentou aos presentes um primeiro conjunto de questões, dizendo que o Terceiro Setor, quer ao nível nacional quer mundial, inserido no presente contexto de crise económica, marcada pela falta de recursos a vários níveis, leva-nos a pensar “*Quais os caminhos*

¹ Informação dada na data de realização deste evento, ou seja, a 20 de Outubro de 2013.

Relato Encontro Distrital de Dirigentes: “Inovação Social: o caminho para a sustentabilidade?”

que o Terceiro Setor deve privilegiar em torno da inovação e sustentabilidade?”, será que as soluções passam por caminhos como: *“O da participação juntamente com entidades públicas? O da participação juntamente com a sociedade civil? Mas o Terceiro Setor é sociedade civil? O cumprimento rigoroso da missão?”*, sendo que a missão procura ir de encontro à satisfação de necessidades sociais e ao bem-estar coletivo em que a entidade pública sem fins lucrativos presta atividades sociais sem ter em vista a obtenção de lucros pelo trabalho desenvolvido. Podemos ainda perguntar-nos *“Como é que o Terceiro Setor pode ser versátil e flexível nestes entendimentos?”*.

Neste momento é claramente visível a escassez de recursos públicos para fazer face às realidades apoiadas pelo Terceiro Setor. Assim torna-se evidente que a procura de novas formas para responder a estas realidades não pode ser apenas através dos dinheiros públicos. Assim *“Podemos caminhar para que procura de subsidiariedades ou complementaridades? Que respostas público-privadas? Que caminhos devemos desenvolver?”*.

A primeira pessoa da mesa a responder foi a Dra. Sandra Araújo, afirmando que, do seu ponto de vista, o Terceiro Setor já havia provado ser capaz de intervir na transformação social, tendo nesse aspeto um papel relevante. Neste momento, com a crise económica o seu papel tem vindo a ser dificultado e isso tem impactos na sua ação. No entanto, trata-se de um setor que possui capacidades, e se for *“devidamente apetrechado e qualificado”* terá as *“forças que são necessárias para poder responder aos desafios”*.

Um primeiro desafio prende-se com a missão, que é a *“primeira grande capacidade e força deste grande Setor”*. É importante ter em atenção o que dá origem às organizações, o que é a sua essência, e isso é, no parecer da Dra. Sandra Araújo, um dos grandes desafios do Setor. É preciso ter em atenção as questões da qualificação e da qualidade no Terceiro Setor, uma vez que os termos utilizados são “emprestados” do Mercado que, por sua vez, não tem os mesmos princípios do Terceiro Setor. O Terceiro Setor tem um conjunto de características específicas que estão na sua origem e que devem ser tidas em conta quando se planeia uma intervenção.

Uma outra questão apresentada pela Dra. Sandra Araújo é a visão. Na sua opinião *“qualquer tipo de organização tem necessidade de ter uma visão estratégica”*. Muitas das vezes o Setor centra-se em

Relato Encontro Distrital de Dirigentes: “Inovação Social: o caminho para a sustentabilidade?”

respostas imediatas aos problemas e não procura ter uma *“visão estratégica de futuro”*. Estas organizações encontram-se inseridas nas comunidades que servem, estão mais próximas da população e, por isso, estão mais atentas aos seus problemas e dificuldades. Esta é, portanto, uma mais valia que deve ser devidamente aproveitada. Para isso tem de existir uma maior abertura do Setor, é preciso que as organizações contatem com as demais que se encontram a trabalhar na mesma comunidade e que juntem esforços para a ajudar.

A Dra. Sandra Araújo aponta ainda que um dos caminhos para a inovação social está relacionado com a sustentabilidade e o trabalho em rede e parceria. Parte desta *“responsabilidade partilhada”*, embora seja difícil e as organizações ainda não tenham *“uma cultura organizacional muito favorável à partilha”*. O Setor precisa de coesão e de partilha entre as organizações, seja ao nível do diagnóstico dos problemas, seja ao nível da planificação da intervenção.

Como forma de exemplificar mais concretamente os desafios das instituições do Terceiro Setor a Dra. Sandra Araújo apresentou o livro *“Um Retrato das ONGs de Solidariedade Social em Portugal”*,² um estudo realizado pela EAPN Portugal sobre as organizações do Terceiro Setor e cujas conclusões apresentadas foram:

- Relativamente ao âmbito da intervenção verifica-se que a maior parte das instituições era predominantemente local;
- Quanto à escolaridade das diversas direções das instituições, no momento presente têm o ensino superior (tendência para a qualificação das direções das instituições);
- Nos modelos de gestão das instituições ainda parece existir uma certa persistência/conservadorismo. Os acordos mantidos com a Segurança Social dão estabilidade mas também condicionam, o que se verifica nos tipos de valências;

² Caderno EAPN nº 16

Relato Encontro Distrital de Dirigentes: “Inovação Social: o caminho para a sustentabilidade?”

- No que diz respeito aos recursos humanos, verifica-se que estes são escassos face ao volume de trabalho. No entanto, a melhoria dos recursos humanos não passa apenas pelo nº de trabalhadores mas também pela qualificação e formação dos mesmos;
- A nível do processo de tomada de decisões, ainda é visível uma centralização do processo nas direções das instituições. No entanto, estas têm esta responsabilidade partilhada com as chefias intermédias e com as direções e coordenações técnicas das instituições e começa a ser visível o aparecimento da constituição de instrumentos de consulta dos colaboradores da instituição no próprio processo de tomada de decisão;
- Por último, as fontes de financiamento das instituições são quase exclusivamente da segurança social.

De seguida a Dra. Hermínia Gonçalves lança uma nova questão para a União das Misericórdias, representada pelo Pe. Joaquim Costa, *“Neste caminho da sustentabilidade haverá necessidade de complementar respostas público-privadas?”*. Explorando a questão da relação e a questão dos critérios de funcionamento do Terceiro Setor, podemos verificar que esta relação estabelece critérios firmes quanto à instalação e o funcionamento deste tipo de respostas. Assim *“Será que a sustentabilidade do Terceiro Setor deve valorizar esta área trabalhando ou revendo a relação e eventualmente revendo alguns desses critérios?”*.

O Sr. Pe. Joaquim Costa afirma que em toda a sua atuação procurou fazer com que esta se fizesse acompanhar da participação ativa das pessoas em situação de pobreza. Este considera importante escutar o que as pessoas têm a dizer, *“(...) pondo as pessoas a falar é essencialíssimo para responder a qualquer questão”*. A participação é um elo importante, desde que não seja somente de *“corpo presente”*, mas também o é a parceria com outras instituições do terreno *“(...) todos somos necessários”*, bem como a missão e a monitorização técnica.

A visão, é na sua opinião, *“apontada como raiz e força de conhecimento”*. Assim, o conhecimento da realidade mostra-se como algo fundamental. A missão, por sua vez, é importante no sentido em que cada organização tem os seus próprios estatutos e deve partir deles quando pretende intervir no terreno. A

Relato Encontro Distrital de Dirigentes: “Inovação Social: o caminho para a sustentabilidade?”

monitorização técnica diz respeito não apenas ao técnico social em si, mas a um técnico que tenha conhecimentos vastos que lhe permita assistir a todos o que procurem a sua ajuda.

Em seguida a Dra. Hermínia Gonçalves passou a palavra para o Dr. Carlos Azevedo focando a ideia da *“Harmonização das normas e critérios para o funcionamento do Terceiro Setor ligados às questões da sustentabilidade”*.

O Dr. Carlos Azevedo iniciou a sua exposição citando Diogo Vasconcelos *“Nós somos o que partilhamos”*, e para ele esta é a mensagem principal do Terceiro Setor. Quando não fazemos esta partilha, a seu ver, não estamos a ser eficazes, nem eficientes, nem sustentáveis e criamos dificuldades quando pretendemos alcançar a visão e a missão da nossa organização. Referiu ainda a esperança como uma esperança ativa, que procura efetivamente uma melhoria para o futuro e a sustentabilidade, e isto depende de cada um. Uma coisa é certa, é de que as crises acabam e de que muitas vezes estas são geradoras de oportunidades, mesmo ao nível das organizações sociais.

Tanto o Mercado como o Estado têm as suas desvantagens, e por isso houve a necessidade de se criar um Terceiro Setor, para *“corrigir as faltas”* dos anteriores. O Mercado, por exemplo, exclui, explora as sinergias de informação criando desigualdades que geram a exclusão. Por sua vez, o Estado está longe das realidades, é quem decide as políticas mas não está em contacto direto com as pessoas. O Terceiro Setor está mais próximo da população e dos seus problemas. Foi criado especificamente para resolver esses mesmos problemas e é capaz de incluir os que são excluídos pelo Mercado uma vez que coloca *“o valor social acima do lucro”*.

O Dr. Carlos Azevedo aponta como possíveis soluções:

- *Qualificar as organizações, encher as organizações de pessoas que sejam capazes de criar, porque cada vez mais nos deparamos com problemas urgentes em que não conhecemos realmente o problema nem as possíveis soluções nem conhecemos as consequências das nossas decisões, por isso torna-se importante sermos criativos;*

Relato Encontro Distrital de Dirigentes: “Inovação Social: o caminho para a sustentabilidade?”

- *Adotarmos novos instrumentos: a nossa missão é a transformação social. Devemos ainda procurar resolver o problema de agência (quando dentro da mesma organização há duas pessoas ou organismos que têm interesses divergentes);*
- *Construir uma marca profunda;*
- *Resolver o problema de decisão, que implica que não arrastemos os problemas sob pena de que estes escalem de importantes a urgentes o que pode pôr em causa a sustentabilidade das organizações.*

Posteriormente à resposta do Dr. Carlos Azevedo, a Dra. Hermínia Gonçalves redirecionou a palavra ao Professor Artur Cristóvão frisando a questão da *“Qualidade dos serviços – poderá ser este o caminho para a inovação? Como inovar? Que inovação no 3º Setor? Será a inovação possível no distrito de Vila Real?”*.

Respondendo à questão este afirmou que quando falamos em sustentabilidade normalmente pensamos logo em dinheiro, e apesar deste ser um fator importante, a sustentabilidade das organizações não se limita apenas a questão económica, *“(…) é a vontade e a determinação de transformar as organizações, no sentido da abertura, da partilha em termos de liderança, de libertação de energias internas, da capacidade de olhar para os seus recursos, nomeadamente todos os seus colaboradores com a vontade de formar”,* para além dum quadro bem definido de valores tem ainda grande peso, para o bom funcionamento de uma organização, *“a sua capacidade de pensar e agir do topo à base”*.

Uma organização qualificada quer em termos de estrutura como de procedimentos, possui uma capacidade de pensamento estratégico que permite uma boa gestão dos recursos humanos e financeiros bem como uma boa gestão dos conflitos. Estas organizações têm ainda capacidade para implementar serviços de qualidade, para interagir com o meio envolvente, para organizar e avaliar as suas atividades (monitorização), para diversificar os seus serviços, mobilizar e integrar voluntários e ainda construir alianças.

Relato Encontro Distrital de Dirigentes: “Inovação Social: o caminho para a sustentabilidade?”

Partindo da ideia que há novas formas de pobreza que estão a emergir e tendo em conta as políticas sociais de luta contra a pobreza, a Dra. Ana Paula Pinto dirigiu uma pergunta a cada um dos oradores:

Ao Sr. Padre Joaquim – Qual é o papel do Terceiro Setor, o trabalho de intervenção social e o trabalho com a comunidade?

Esta questão implica pensar qual o papel do Terceiro Setor em relação a estas novas situações de pobreza, e quanto a estas formas de pobreza podemos pensar os indivíduos que já nasceram no seio de famílias pobres sem capacidade de orientação e estes, na palavra do Sr. Padre Joaquim Costa, são os eternos pobres. Por outro lado, temos os novos pobres, pessoas desempregadas, pessoas idosas que se encontram abandonadas, que além de terem de lidar com a solidão têm de lidar com as suas doenças. Para estas últimas, diz o Sr. Padre Joaquim Costa, *“não há apoio domiciliário que lhes baste, o que se lhes possa dar, e esta é uma pobreza nascente nos últimos tempos, principalmente nas regiões provincianas”*.

O nosso país é cada vez mais marcado, nas regiões *“mais provincianas”*, pelo isolamento destas regiões, pela sua desertificação. No caso da Igreja, devido a sua missão, é mais fácil chegar às famílias e criar um sistema de visitas que possa cuidar tanto de dia como de noite destes casos. Muitas instituições não possuem esta vantagem, mas a criação de aldeias lar poderia surgir de forma a criar respostas apropriadas aos vários tipos de pobreza que vão surgindo.

Ao **Dr. Carlos Azevedo** – Que estratégias para a nova pobreza e sobretudo a pobreza associada a pessoas que têm trabalho mas que cujo rendimento não é suficiente?

O Dr. Carlos Azevedo começa por citar (...) Meneses, no livro *“Português Que Vos Pariu”*, *“Portugal teve um momento histórico na altura em que D. Sebastião fugiu e levou a nobreza toda e deixou os marginais”*. No entanto, devemos considerar que foram esses *“marginais”* que conduziram o país ao seu crescimento como nação importante que foi e ainda é.

As soluções para os problemas não deixaram de existir, e em muitos dos problemas a solução passa pela participação das pessoas em situação de pobreza sobre as questões da nova pobreza. Nestes assuntos o Estado tem um papel muito importante, por exemplo, no caso do governo dinamarquês foi

Relato Encontro Distrital de Dirigentes: “Inovação Social: o caminho para a sustentabilidade?”

instituído um “*Mind Lab*”, em português, Laboratório de Mentas, no qual o governo conta com a participação dos cidadãos para construção de políticas públicas. Desta forma, possibilita a conversão das preocupações da população em políticas públicas e sociais.

No caso português isto não se verifica, “*não existe uma verdadeira participação*”, afirma o Dr. Carlos Azevedo. Se, por um lado, em certas situações não são chamadas a participar, por outro, nos casos em que podem participar, estão limitadas por não estarem preparadas para participar ativamente, o que é um problema. Mesmo as pessoas que têm salários, hoje em dia, por estes serem baixos e não serem suficientes para fazer face às suas despesas, encontram-se em situação de pobreza. A pobreza cada vez mais vai além da falta de recursos, é também “*a falta de participação, falta de acesso à cultura, é um fenómeno complexo e multidimensional*”.

Na opinião do Dr. Carlos Azevedo há duas perspetivas:

1. *Estratégia EU2020, em que a aposta na qualificação e a aposta em economias baseadas em salários mais altos e não em salários mais baixos. Não podemos querer sustentar o desenvolvimento e o crescimento económico em salários baixos, isso não é sustentável;*
2. *Evitar que esta cultura de aversão ao risco se mantenha, é preciso arriscar.*

Um “risco” que se pode tomar é o empreendedorismo social, que é uma forma das pessoas criarem o seu próprio emprego, produzirem valor social e desenvolvimento económico o que implica uma transformação cultural. O caminho passa por “*criar simultaneamente valor económico e social gerando inclusão*”.

Ao **Professor Artur Cristóvão** – Que formas tem o Terceiro Setor de mobilizar a sociedade civil, designadamente setores da sociedade, tem recursos para efetivamente minimizar os efeitos do Estado de emergência financeira que o país atravessa?

Para o Professor Artur Cristóvão o pior caminho a seguir é aquele em que as pessoas se fecham em si próprias. Em contrapartida, o ideal é que a abertura das portas para a qual é necessária uma maior visibilidade e interação das organizações de uma forma geral ou com as comunidades. No âmbito do

Relato Encontro Distrital de Dirigentes: “Inovação Social: o caminho para a sustentabilidade?”

Terceiro Setor, a visibilidade não se deve deter no seio da comunidade mas procurar a visibilidade a nível nacional uma vez que o esforço que fazem nestas organizações e as atividades que desempenham têm um papel muito importante e que não é *“suficientemente visível e valorizado pela sociedade no seu conjunto”*.

A visibilidade constitui um primeiro passo para a interação mais produtiva em que existe um envolvimento da população que vai desde o passo mais básico, que é a reflexão sobre os problemas, até à menos simples, que é a delineação de estratégias para solucionar esses problemas o que implica uma mudança das formas de trabalho. No distrito a EAPN Portugal, a organização de fóruns comunitários bem como o trabalho dos bancos de voluntariado já têm vindo a trabalhar mais com a comunidade, procurar envolvê-la nos projetos e procurar ter um trabalho mais próximo com os meios de comunicação local.

À **Dra. Sandra Araújo** – Que estratégias tem a EAPN no sentido de que seja possível a partilha de recursos e competências do Terceiro Setor Europeu de e para o Terceiro Setor português no âmbito da emergência financeira que Portugal atravessa, concretamente estratégias para mediar esta solidariedade intra-setores?

A Dra. Sandra Araújo inicia o seu discurso relembrando uma campanha realizada com o intuito de contrariar a ideia de privatização da água. Uma das consequências das políticas neoliberais é a privatização dos serviços públicos que se verifica tanto ao nível europeu como a nível nacional.

Uma das campanhas que tem vindo a ser feita ao longo destes últimos dois anos prende-se com o Rendimento Mínimo Adequado, que se constitui *“uma das questões centrais na luta contra a pobreza”*. Esta campanha comporta uma diretiva comunitária em relação à qual se tem realizado algumas convenções a nível europeu. Mas é difícil encontrar consenso no que diz respeito ao significado de “adequado”. Neste sentido, a EAPN Portugal juntamente com a Universidade Católica e o ISEG (Instituto Superior de Economia e Gestão) estão a levar a cabo um estudo, ao abrigo de financiamento nacional, no sentido de averiguar o que é um salário digno para os portugueses.

No que diz respeito às questões da participação das pessoas em situação de pobreza a Dra. Sandra Araújo afirma que esta é uma realidade para a EAPN Portugal. Há mais de 10 anos que a organização promove encontros europeus, normalmente em Bruxelas, com as delegações dos restantes

Relato Encontro Distrital de Dirigentes: “Inovação Social: o caminho para a sustentabilidade?”

Estados – Membros, de pessoas em situação de pobreza para refletir os problemas da pobreza ao nível europeu e nacional.

A Dra. Hermínia Gonçalves lançou um novo conjunto de questões, desta vez relativamente ao financiamento. Assim, *“os investimentos e financiamentos das atividades das organizações do Terceiro Setor estão a aumentar. Parceiros, subsídios governamentais, contribuições, doações, fomentos de entidades e órgãos privados, fomentos de organismos internacionais são algumas das formas de receita.”* Mas a questão pretende refletir, além destes, *“que outras fontes de financiamento se podem trabalhar para garantir uma maior diversificação de fontes de financiamento?”* Neste quadro, será que podemos considerar a subsidiariedade ou a complementaridade a par com respostas privadas um caminho a seguir? Podemos considerar a implementação de projetos e respostas partilhadas uma solução? *“Que projetos? Que partilhas? Que inovação?”*

O Pe. Jardim Moreira aproveitou para dizer que, se os países emergentes (China, Índia, Coreia do Sul e alguns países africanos), continuam a edificar o seu desenvolvimento com base nos modelos europeus, até 2050 *“o mundo morre de asfixia”*. As causas deste problema estão relacionadas com as fontes energéticas, como o petróleo e o gás, que *“são fundamentais para o equilíbrio geoestratégico”*. Uma outra questão prende-se com os alimentos. Estes países emergentes vão consumir como consomem as pessoas do ocidente, e assim *“não haverá produtos alimentares para todos e a fome será um facto”*.

A questão do petróleo e do gás é, como sabemos, *“o produto de nível estratégico e de segurança dos países”* e está no centro de guerras, como é o caso da Primavera Árabe. Países como a China e a Índia estão muito dependentes destes combustíveis, principalmente os provenientes do Golfo Pérsico, e se por alguma razão estes cessarem a distribuição *“a China, Japão e Índia entram em colapso”*. Também os países a sul da Europa, como a Península Ibérica e França, estão dependentes destas distribuições muçulmanas enquanto os Países mais a norte, como por exemplo a Polónia e a Alemanha recebem as remessas de petróleo e gás da Rússia e assim *“fogem ao controlo muçulmano”*. Uma outra questão é ainda a água.

Relato Encontro Distrital de Dirigentes: “Inovação Social: o caminho para a sustentabilidade?”

O Pe. Jardim Moreira diz ainda que *“a pobreza está nos valores”*, vivemos numa cultura que nos habituou a ser consumistas e a querer sempre mais, mas *“é preciso viver com menos a ver se chega para todos”*. Um outro fator a considerar é a questão de que na Europa nascemos cada vez menos e em países como a China e a Índia ocorre o contrário.

Em seguida, falou o Professor Artur Cristóvão, dizendo que *“a humanidade anda muito distraída”*. Não podemos esperar viver o futuro como vivemos o passado. Não se trata apenas da crise económica e financeira. A pobreza, além da escassez de recursos energéticos, está também ligada à falta de água potável, está também relacionada com os problemas de saúde, com a crise alimentar (aumento do preço dos alimentos, instabilidade dos mercados dos preços dos alimentos), tudo isto são fatores de crise considerando ainda dentro destes fatores as crises do clima (mudanças climáticas) que também são geradoras de pobreza.

As questões relacionadas com o financiamento estão ligadas à inovação. A inovação social constrói-se a partir *“de nós, das nossas organizações, da nossa capacidade criativa, da nossa abertura, da capacidade de troca de ideias, da participação em redes de espírito aberto”*. Para isso é necessário que as organizações se abram mais *“a novos produtos, a novas formas de responder aos problemas, a novas formas de organizar, a novas formas de promover o movimento social”*.

Ainda ao nível do financiamento, podemos ainda considerar o *Crowdfundin (financiamento coletivo/ colaborativo)*, que procura conseguir angariar dinheiro através das redes sociais, usando da capacidade e disponibilidade das pessoas para apoiar projetos e causas com os quais se identifiquem.

O Dr. Carlos Azevedo, citando Steven B. no seu livro “Porque é que as Organizações Sem Fins Lucrativos Falham”, afirma que existem fatores internos e fatores externos que levam a que as organizações falhem. Os fatores internos prendem-se com o facto de as organizações serem “fundofóbicas”, isto é, terem medo de angariar fundos porque o dinheiro que o Estado dá é certo.

As respostas sociais são tradicionalmente estandardizadas não respeitando o sentido de proximidade das organizações o que leva a que haja modelos de gestão e governança mais verticais, pouco participadas, com uma falta de horizonte temporal sendo incapazes de planear estrategicamente.

Relato Encontro Distrital de Dirigentes: “Inovação Social: o caminho para a sustentabilidade?”

Referindo Churchill, o Dr. Carlos Azevedo apresenta seis práticas utilizadas por doze organizações sociais com mais impacto nos Estados Unidos. Assim, são organizações:

- capazes de defender causas (advogam as causas do seu público);
- capazes de ativar as forças do mercado (utilizam os mecanismos deste para re-incluir);
- capazes de inspirar os evangelistas;
- embaixadoras da sua própria casa;
- honestas na adaptação;
- que partilham a liderança.

Como propostas para as organizações portuguesas o Dr. Carlos Azevedo apresenta, no âmbito da inovação social:

- Em primeiro lugar, não se deve considerar “pecado” a criação de negócios sociais;
- É preciso construir confiança e relações (não dar accountability é uma má prática nas organizações);
- Saber arriscar, o que implica saber reter os melhores, sem os melhores técnicos não podemos prestar os melhores serviços;
- Procurar novas competências.

Temos de considerar que o mercado também pode incluir, desde que seja reinventado. Perante uma realidade em que os fenómenos da pobreza são complexos e multidimensionais as organizações isoladas não conseguem marcar a diferença, mas se se unirem poderão conseguir fazê-lo.

O Padre Jardim Moreira comentou, dando o exemplo que uma vez que é difícil contratar um técnico a tempo inteiro, seria muito mais eficaz e rentável se essas instituições conjuntamente contratassem esse mesmo técnico e isso levaria também a uma melhor qualidade dos serviços.

O Padre Joaquim Costa, por sua vez, apontou como soluções ao nível da inovação:

- A constituição de equipas de voluntariado por vizinhanças;
- Aldeamento-lar com residências assistidas;
- Produção energética para venda;

Relato Encontro Distrital de Dirigentes: “Inovação Social: o caminho para a sustentabilidade?”

- Produção energética para proveito próprio;
- Produção hortícola para consumo próprio e venda se possível no mercado local e para exportação;
- Aproveitamento de possíveis candidaturas que não abrem simultaneamente para todo o país, mas sim por zonas e é preciso estarmos atentos para não deixarmos passar a nossa oportunidade;
- A nível de gestão conjunta de técnicos de maneira a fazer o aproveitamento das ações e dos gastos ou consumos de ambas as instituições.

Em primeiro lugar a Dra. Sandra Araújo chama a atenção para que as organizações do Terceiro Setor se focalizem nas causas dos problemas e não nos sintomas dos mesmos. Afirma ainda que *“enquanto não perspetivarmos a situação neste paradigma não vamos solucionar nada, não vamos conseguir combater pobreza nenhuma”*. É uma questão de estarmos atentos às causas estruturais dos problemas para que realmente consigamos produzir impacto na resolução desses problemas, caso contrário acabamos apenas por amenizar os efeitos desses problemas ou a mascará-los.

Um segundo ponto que nos esclarece é que há uma necessidade de produção de novas formas de gestão no Terceiro Setor de forma a garantir a sua autossustentabilidade. Muitas vezes trata-se de uma questão de procurar mobilizar os recursos que estão desaproveitados bem como uma necessidade de *“nos revermos e nos reinventarmos”*, sermos autocríticos. Não nos devemos conformar, e com as crises surgem essas oportunidades de olharmos para trás e repensarmos a nossa ação, produzirmos inovação social. Esta inovação deve, na opinião da Dra. Sandra Araújo, passar pela *“capacitação dos autores e pela capacitação dos intervenientes”*. É necessária esta mobilização e capacitação das pessoas, trabalhar com as pessoas e não para as pessoas para que possamos falar em inovação e transformação social.

Aquando da intervenção dos dirigentes presentes no público falou-se que neste momento *“há pobres que nem linha nem peixe”*, pessoas que não têm nada e as organizações estão já sobrelotadas, ao que sugere que se poderia retirar um pouco as contribuições que a segurança social dá aos lares e criasse

Relato Encontro Distrital de Dirigentes: “Inovação Social: o caminho para a sustentabilidade?”

um fundo que estivesse disponível para estas situações e que permitisse a pessoa integrar qualquer instituição que possuísse vaga.

A Dra. Sandra Araújo comentou dizendo que *“as instituições cumprem uma importante função social do Estado”* e que este tipo de apoios é competência do Estado. É ele que, através de acordos que celebra com as instituições, contratualiza este tipo de serviços. É preciso que o Estado dê apoios suficientes às organizações para que elas possam desenvolver o seu trabalho.

Tem-se vindo a notar um crescimento do Terceiro Setor e este tem ainda muito por onde crescer e se desenvolver mas *“há questões que são muito básicas da proteção e que compete ao Estado resolver e não às organizações sociais”*. Se o Estado delega às organizações competências deve também ceder os meios para que estas possam cumprir aquilo que lhes é esperado. Para se fazer melhor a ponte entre as organizações do Terceiro Setor e o Estado deveria constituir-se, como em outros países, uma Plataforma do Terceiro Setor, isto faria com que fosse mais fácil defender os interesses das organizações junto ao Estado.

O Dr. Carlos Azevedo refere que *“o Estado faz aquilo que o mercado não consegue fazer na proteção de riscos sociais”*. O mercado pondera os riscos das pessoas e atua segundo esses riscos, aquele que está mais exposto pagará um prémio maior. O Estado age misturando todos os riscos e cobrindo-os da mesma forma, mas o seu problema é que este não se encontra junto das populações, e é aí que surge a necessidade de subcontratar as organizações que estão mais próximas. Mas as organizações acabaram por se tornar públicas e perderam a sua própria identidade e acabaram por passar a cumprir aquela que era a função do Estado perdendo aquela que era a sua missão original, porque as organizações têm mais deveres além do dever de ação social. As organizações reinventaram-se de várias formas e neste momento devem-se reinventar novamente *“readquirido a ligação à comunidade”*.

O Presidente da A2000, António Ribeiro, na posição de dirigente de uma organização do Terceiro Setor, afirma que uma das principais preocupações das organizações prende-se com os pagamentos. Ao *“olhar em volta pode-se encontrar um manancial de possibilidades de financiamento, muitas vezes estamos preocupados com pagar e não conseguimos ser inovadores”*. A comunidade até pode ter vontade de ajudar

Relato Encontro Distrital de Dirigentes: “Inovação Social: o caminho para a sustentabilidade?”

mas não está a par do que está a ser feito, e aqui a comunicação é uma ferramenta essencial, é preciso sermos eficazes na comunicação e sermos capazes de partilhar as decisões, e assim, partilhar também um pouco da responsabilidade.

A Dr. Sandra Araújo faz uma última intervenção reforçando a ideia da comunicação como uma questão central para as organizações e considera a falta de comunicação uma das suas grandes fragilidades.

Por último, foi dada a palavra ao público presente e após mais nenhuma intervenção deu-se por terminado este encontro.